

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO**

**Luciana SILVEIRA**

# **ESAÚ E JACÓ**

Trabalho Temático produzido para o Curso de  
Graduação em Sociologia e Política

**São Paulo, 2008**

## **INTRODUÇÃO**

O presente ensaio trata do livro *Esau e Jacó* e aspectos relevantes da sociedade brasileira, em particular a fluminense, no período compreendido entre o final do século XIX ao início da *Belle Époque* carioca. Este texto tem formato ensaístico e adota o rigor das citações para eventos históricos, mas boa parte das interpretações apresentadas são apenas isso: interpretações... livres.

O texto está dividido em sete seções, além desta brevíssima introdução. Na primeira seção (*O autor*), são apresentados dados biográficos sobre Machado de Assis. Na segunda, o referencial teórico – quase uma desculpa para o “caminho do meio” aqui adotado, o de analisar a obra e o período. Na terceira e mais longa parte (*A obra*), estão apresentados o enredo e personagens do livro, além de algumas considerações sobre a ciência e política da época. Na quarta seção (*Contexto Histórico*), constam alguns fatos de natureza política e econômica a respeito da República e a participação popular. Na seção “*Breve Análise*”, é apresentada uma visão bastante particular a respeito de Pedro e Paulo, seguida de uma curta exposição sobre a cidade do Rio de Janeiro, à época em que o livro de Machado está sendo escrito, enquanto a seção seguinte (*Desfecho*) dá conta do final do livro e do início da Primeira República. E assim, de um fôlego só, chega-se a última parte, a conclusão do trabalho – e desta introdução.

## **O AUTOR**

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu em 1839 na cidade do Rio de Janeiro, filho de pai mulato (Francisco José de Assis) e da açoreana Maria Leopoldina Machado da Câmara. Órfão de mãe aproximadamente aos dez anos de idade, Machado de Assis foi um auto-didata e nunca frequentou a universidade. Aprendeu o francês, língua da elite da época, e casou-se com a irmã portuguesa de um amigo poeta, Carolina Augusta Xavier de Novaes. Foi funcionário público da Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e teria sido um liberal associado a Quintino Bocaiúva, além de aliado do escritor José de Alencar. Conheceu a fama ainda em vida, contrariando o senso comum de que todo gênio é um incompreendido até sua morte. No mesmo ano em que é alçado ao Ministério da Agricultura e alcança estabilidade no emprego, publica *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

## **(À GUIZA DE) REFERENCIAL TEÓRICO**

Delimitar o tempo, espaço e época de uma obra não constituem, para Antonio Candido, análise sociológica. O autor de *Literatura e Sociedade* propõe que o texto seja

entendido como uma tessitura que compõe um todo indissociável: não se deve separar a obra de seu contexto ou ambiente social (que comporiam um *fator externo*), mas também não podemos considerar este fator como determinante para sua compreensão. Analisar a receptividade da obra e do autor junto ao público é um caminho apontado por Candido e de certa forma adotado por Norbert Elias em “*Mozart: Sociologia de um gênio*”. Nesta obra, Elias disserta sobre o conflito de Wolfgang Amadeus Mozart e sua arte de vanguarda, quase incompreensível para o público da época. A sociedade vienense do século XVIII não comportava a existência de um gênio, de alguém que fugisse às normas estabelecidas de composição musical, o que tornou a existência de Mozart miserável. Na mesma chave, é possível pensar Machado como um *outsider* mulato, talentoso e combativo, que sabia cultivar boas alianças (como sua amizade com José de Alencar) e transitar pela *cultura do favor* (GLEDSON, 2007:8-9), com isso tendo a oportunidade de ascender das origens humildes a certo reconhecimento e prestígio sociais. Parece razoável, só que está fora do escopo deste trabalho que visa se ocupar mais dos gêmeos, que do autor.

A tentação de recair em uma análise simples, apontando as semelhanças entre os fatos históricos narrados por Machado em seu livro, e os fatos históricos “reais” descritos por historiadores canônicos, é grande. Na medida do possível é algo que será evitado nessa dissertação, posto ser preciso levar em conta, ainda segundo Candido, que há uma relação arbitrária e deformante do trabalho artístico com a realidade. Ou seja, a obra ora em estudo não pode ser lida como um tratado de História. A proposta é tentar demonstrar como suas personagens não eram descoladas da realidade, apesar de não serem personagens arquetípicas ou tipos ideais, isto é, representam indivíduos e não categorias sociais.

Outras objeções podem ser apontadas, porém não seriam mais do que uma resenha do livro *Literatura e Sociedade*. Portanto, para manter o caráter fluido deste texto, passemos à obra e aos fatos, paralelamente, até que, espera-se, eles sejam unidos no “todo indissociável”.

## A OBRA

*Esau e Jacó*, o penúltimo romance de Machado de Assis. Publicado em 1904, está ligado diretamente<sup>1</sup> ao *Memorial de Aires*, escrito em 1908. Ao ler *Esau*, pode-se pensar que o *Memorial* foi publicado primeiro; isso se deve às constantes remissões aos cadernos do Conselheiro Aires, personagem importante tanto em um quanto em outro texto. Essas remissões constituem, penso eu, a primeira mentira da obra que ora estudamos; o autor cria essa confusão cronológica deliberadamente, da mesma forma que o Jacó bíblico lança mão de

---

<sup>1</sup> Está ligado pelos cadernos do Conselheiro Aires e pela presença deste nas duas histórias.

artimanhas e artifícios variados para alcançar seus fins – e acaba ludibriado por seu sogro, Labão. O narrador também é dúbio: “... *ainda trago o enterro à vista*” (Cap. CVII), é uma das tantas frases que não permitem distinguir se quem conta a história é Aires, um narrador alheio ou ambos.

Não há como classificar *Esau e Jacó*, segundo Roberto Schwarz a respeito dos romances machadianos escritos entre 1880 e 1906:

“... é fato que estes livros não são a representação direta de nenhuma das grandes correntes ideológicas que agitavam o momento. Não são adeptos da filosofia determinista (nem positivistas, nem darwinistas, nem monistas etc.), não são abolicionistas (a abolição da escravatura é de 88), não são republicanos (a República é de 89), e não se curvam à escola literária triunfante do Naturalismo. E o que é pior, tratam de todos estes assuntos – de uns mais, de outros menos – sempre com ironia” (SCHWARZ, 1997 : 178)

O romance apresenta a história de dois irmãos gêmeos univitelinos, Pedro e Paulo, os quais serão tratados mais apropriadamente na seção *Breve Análise*. Eles são filhos de Santos, um banqueiro *parvenu*, enriquecido não se sabe exatamente como, com Natividade – nome que remete ao nascimento de Jesus Cristo, e parece ter o único papel de ser mãe. Mesmo seu nome de batismo, Maria, remete ao Cristo.

O casal vive em Botafogo. Santos e Natividade são personagens centrais, mas sem grande densidade. Sua burguesa bonança conjugal está fundamentada na carreira de Santos, no desempenho das funções de anfitriã de Natividade e em algumas ternuras já rotineiras que envolvem ambos – como quando o (agora) Barão Santos chega a casa e a esposa (agora) baronesa o espera para enlaçarem os dedos (Cap. LXV), em ato de conforto um tanto quanto mecânico por parte de um deles (ou dos dois?). Santos se ocupa dos negócios no banco e deseja ter o Palácio do Catete como moradia e lugar para jogar o vultarete.

Com o casal e os filhos, mora a irmã de Natividade, Perpétua. Ela vive como agregada, “cargo” que João, parente de Santos, tentou ocupar. Mas este se livra de João a tempo, conseguindo-lhe uma ocupação de escrivão em outra cidade, até que João morre. Santos, parente distante (até por imposição própria), manda rezar uma missa fúnebre em certa igreja pulguenta, cerimônia que se tornou famosa como “a missa do coupê”, pela opulência dos únicos dois presentes, Natividade e o marido.

Perpétua sempre toma o cuidado de não desagradar o cunhado em suas opiniões; também não entra em conflito com a irmã. Aparece muito pouco na narrativa: talvez tenha conseguido proteção da família por ser mulher e viúva sem filhos, ao contrário de João. Este, assim como o Conselheiro Aires, nutriu interesse por Natividade. Santos tentou restituir

Perpétua à “vida normal” de casada e escolheu Aires para a tarefa, mas aparentemente não houve inclinação por parte deste e menos ainda por parte de Natividade, que se tornaria sua cunhada. Não se fala em adultério, mas em flertes implícitos. De toda forma, no livro a mulher aparece sempre como personagem dependente, psicológica ou financeiramente, de um arrimo familiar masculino. Mesmo Claudia precisa de Batista para realizar sua ambição política, pois a ação na *polis* cabe aos homens. “Havia uma elite política de homens, que eram chamados públicos. A mulher, se pública, era prostituta” (CARVALHO, 2003:92). O casamento parece sempre ser a porta de entrada da ascensão social.

Aires é um diplomata. Não há outra palavra para defini-lo; ele é sua profissão. Evita discordâncias e asperezas. Gosta das mulheres, mas não tem o impulso do conquistador. Viúvo, mora no Catete e visita com frequência a família Santos. Ele se sente um pouco pai de Pedro e Paulo, assim como de Flora:

Lá [*coração de Aires*] se descobriria acaso (...) uma flor descorada e tardia de paternidade, ou mais precisamente, de saudade dela... Flora trouxe novamente a rosa fresca e rubra da primeira hora. (Cap.LXXXVII)

O livro se fecha com uma alusão a esse sentimento irrealizado de paternidade, agora em relação aos gêmeos: “... e saiu apalpando a botoeira, onde viçava a mesma flor eterna”.

Em uma narrativa que começa em 1871 e ultrapassa os primeiros momentos da República, parece não haver um fio condutor outro a não ser a presença de Aires durante o crescimento de Pedro e Paulo, os primeiros acontecimentos da mudança de regime, à mesa de voltarete, na Assembléia por ocasião da deputação dos gêmeos.

Para fins didáticos, é possível dividir o livro em dois períodos. Um que antecede o nascimento dos gêmeos e abrange sua infância, e outro que trata da juventude e vida adulta de ambos. Ainda compondo o primeiro período, tem-se a irmã de Aires, Rita; também um “pedinte das almas”, ou seja, alguém que esmola pela “bacia das almas”, para rezar a missa e que se apropria de uma alta esmola recebida; a cabocla que todos consultam para saber das “cousas futuras” e Plácido.

A cabocla não é personagem central, mas sua predição é uma espécie de *leitmotif* da narrativa. Natividade e Perpétua vão consultá-la no Morro do Castelo, como muitos “figurões” da época, levando cabelos das crianças. Lá, ouvem da mestiça que os gêmeos serão *grandes*. O que em si não significa nada: filho de banqueiro sempre há de ser grande, ainda que grande herdeiro... As duas mulheres se apegam a isso, sem descuidar da briga que teria acontecido no ventre materno e que lhes é revelada pela vidente. Santos prefere “as verdades eternas” mais *científicas* e opta por consultar seu mestre espiritista, Plácido. Este pouco tem a dizer; quem acaba dizendo algo que se aproveite é Aires, ao dizer que o movimento dos bebês

poderia ser de adoração ao Criador (ambos ajoelhados ao mesmo tempo), tentativa de melhor se acomodarem no útero materno ou mesmo o desejo de primogenitura de ambos, instintivo, “*principalmente se as crianças se destinarem a galgar os altos deste mundo*” (Cap. XIV).

Este é um aspecto que não passa despercebido. Da vidente, sabemos apenas que mora no Morro do Castelo, um local humilde no Rio de Janeiro de então. Ela não tem nome, sempre é referida como “cabocla”, ou seja, pela sua etnia: mestiça de índio e branco. Também não fala nada que não seja profético, de cunho divinatório; ela não tem voz própria nem identidade individual. As pessoas “graúdas” vão consultá-la às escondidas, inclusive Natividade, porque recorrer a uma mestiça humilde para indagar das “cousas futuras” é um tanto quanto indigno: consultam, sim, só que sem comentar fora do círculo familiar. Característica cultural persistente, como foi o caso de Tia Ciata, em 1915, durante o governo de Wenceslau Brás<sup>2</sup>.

Plácido, por sua vez, é o reverso da moeda. O final dos anos 60 e início dos 70 do XIX brasileiro foram marcados pelas novas idéias que fermentavam (deixemos de lado se eram fora de lugar ou não), entre elas um franco cientificismo maçônico e também positivista. Só o que era científico tinha valor, e a religião espiritista de Santos tinha essa rubrica.

A ciência não era questão de método, mas antes de legitimidade; ciência, nesse contexto, era uma “categoria de pensamento” associada ao universo masculino, à raça e à biologia. Apenas a fé na razão poderia revelar a verdade de tudo o que estaria não oculto, mas inexoravelmente *por revelar*. A linguagem e a postura discipular que tal religião adota, contribui para torná-la hermética ao grosso da população. Donde temos que a vidente sem nome seria a credence popular, o *atraso* que caracteriza um povo *miscigenado*, enquanto o espiritismo é a religião científica, precisa, branca.

Esse cientificismo torna-se mais visível se focarmos a vida do autor, deixando a obra de lado por um instante. Silvio Romero atacou diretamente Machado de Assis por julgar que este não participava a contento do processo de formação identitária nacional. Para Romero, a ação do intelectual era antes de tudo, política e científica; o caráter nacionalista de uma obra estaria manifesto, primeiramente, em seu próprio autor. Sendo Machado um “pessimista doentio”, ele não poderia refletir a verdadeira nação. Romero chega ao ponto de afirmar que a obra de Machado é “obra de mestiço”, o que implica dizer que esta seria sempre uma cópia da literatura européia; obra menor por conta da condição racial e também social de Machado (MISKOLCI, 2006:353-57), funcionário público nascido no morro do Livramento, oriundo das camadas pobres. Machado seria um esteta, interessado apenas na arte, segundo essa

---

<sup>2</sup> Tia Ciata teria curado uma doença do presidente, que se consultou com ela para *rezas*. (CASTRO, 2003:82-84)

concepção, sendo, pois, o contrário de José de Alencar, seu amigo, padrinho e expoente vigoroso de uma certa identidade nacional de então.

Na segunda parte da obra, o autor introduz a família Batista. As personagens mais fortes deste núcleo são mãe e filha: Claudia e Flora. Rita aparece também de forma decisiva, assim como o esmoleiro da igreja, que agora ganha nome e capital: Nóbrega, vizinho da irmã de Aires no bairro de Andaraí, pede Flora em casamento e é recusado. O caso de Nóbrega é peculiar: ele é o rentista que furta seu primeiro capital, uma nota de dois mil réis recebida em esmola de Natividade, e que gerou muitas outras notas – o que sugere o caráter de apropriação indevida da acumulação de capital. Rejeitado, ele vaticina: a moça é doente. Para rejeitar o capital, só mesmo sendo enferma... Quanto a Rita, a irmã de Aires aparece como uma casamenteira calculista, mas humanizada: viúva, ela não se casou mais, e enterrou uma mecha de cabelos com o corpo do marido.

O senhor Batista é político conservador, ex-presidente de Província que, de volta ao bairro de S. Clemente, aguarda o retorno à cena política. Para sua mulher, Cláudia, a política não está resumida em ideais, comissões ou discursos apaixonados: a legitimidade política do marido se dá no embate público mediado pelos jornais. Basta que o critiquem por escrito para que ela se inflame. Ela aparece como uma personagem forte porque é quem dita os rumos da carreira de Batista. Quando cai o gabinete conservador, não há como saber por quanto tempo os liberais permanecerão no poder; Claudia diz ao marido, em diálogo insólito, que ele sempre foi um liberal. Um radical. E que deve se adequar aos novos tempos.

Pode até ser que Batista fosse um conservador progressista. Como Machado não informa quem era o ministro à época, apenas podemos especular sobre quem teria sido. Talvez o Barão de Cotegipe ou, ainda mais provável, João Alfredo Correia de Oliveira, último conservador a ceder lugar a um liberal – no caso, a Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. De toda forma, Batista cumpre o dito “nada mais saquarema (conservador) que um luzia (liberal) no poder”: ele se põe à disposição do novo governo, ainda que à revelia, por sentir que abandona os companheiros de fileira, mas já convencido pela mulher de que ele é mesmo um progressista... Pelo governo republicano do Marechal Deodoro, torna-se membro comissionado. Perde o cargo com a ascensão do Mal. Floriano e volta ao Rio. Claudia ficava um tanto quanto desapontada ao ler os jornais e ver que só se falava bem do marido. Política, para ela, é o confronto.

Quanto a Flora, é disputada pelos gêmeos. Moça simples que gosta de um e de outro sem se decidir; tem visões em que ambos se fundem em uma pessoa única. Acredita que deve se distanciar dos dois, já que não consegue dissociá-los. Tem o fim da heroína romântica: é pedida em casamento pelo Nóbrega, a quem não ama. Ela recusa, adocece e por fim, morre. Ao

pé da sepultura dela, os dois irmãos entram em acordo. Desacordam pouco depois, para fazerem novo acordo ao pé da mãe moribunda. Algum tempo depois, se distanciam irremediavelmente – eles, que nunca foram próximos nem mesmo no ventre materno.

## CONTEXTO HISTÓRICO

Datas são raridades neste romance. A melhor forma de apreender a passagem do tempo é prestando atenção aos fatos históricos que servem de pano de fundo à obra. Pedro e Paulo nasceram em 1871. O final dos anos 60 e início dos 70 do século XIX foram períodos de agitação. Na Europa, a Alemanha se unificava, a industrialização e o capitalismo eram realidades tangíveis e muitas idéias européias acharam terreno aqui. No Brasil, se formava a consciência do anacronismo das instituições existentes; deixou-se de debater a pertinência do Poder Moderador da monarquia parlamentar para se ocupar mais fortemente de um projeto de formação da Nação, da identidade nacional. Em 71, foi promulgada a Lei do Ventre Livre. No ano anterior, findou-se a Guerra do Paraguai e foi publicado o primeiro manifesto dos republicanos – marco da Geração de 70, formada por bacharéis como Romero e Raul Pompéia, que reagiam contra a monarquia e buscavam inserção política.

Não foi possível identificar, nessa ocasião, sob qual governo os gêmeos alcançaram a deputação. Sobre o período republicano e suas eleições indiretas, Murilo de Carvalho afirma que o índice de eleitores cresceu pouco na transição do Império a República: de 1% para 2% em 1894, com 80% da população excluída desse direito (CARVALHO, 2006:85). A República que se instalava mantinha o caráter censitário do processo eleitoral ao exigir a alfabetização como condicionante do direito do voto, sem que o Estado fosse constrangido a oferecer educação pública aos cidadãos. Os direitos sociais, civis e políticos clássicos estavam longe de ser consensuais entre as correntes republicanas que então se batiam; a República fez pouco para expandir os direitos existentes. (CARVALHO, 2006: 42-45) A glória política que a mãe preferia para os filhos, em lugar da glória científica, restrita aos gabinetes, na verdade é também limitada, uma vez que eleições não faziam parte da realidade da maior parte da população fluminense.

Muitas foram as formas republicanas que se propuseram a ideologizar o novo regime: do positivismo histórico ao científico civil, do jacobinismo ao radicalismo rousseauiano, todas elas buscavam não apenas escrever a História na condição de vencedores, mas também, nas palavras de Lima Barreto, eliminar “*esse elemento perturbador – o voto*” (CARVALHO, 2006:87).

A corrente vencedora, consolidada quando Machado escreve a obra, foi o liberalismo republicano. Paulo, republicano ancorado em São Paulo – estado que teve seu próprio modelo

ideal de República e que teve algum peso na proposição da agenda política por conta da força da economia exportadora de café – não tomou partido com os vencedores, pois se alinhou com aqueles que não aceitavam a imperfeição da República e buscava reformá-la, o que nos possibilita inferir (inclusive por seu hábito de cantarolar *A Marselhesa*) que Paulo era da cepa do Silva Jardim: radical rousseauiano. Para ele, a Pátria, a Igualdade e a Fraternidade seriam, portanto, os pilares da República. A melhor República era a ideal e não a existente.

Foram variadas formas ideológicas que guardaram em comum o fato de reconhecer que o povo – como eles o desejavam – não existia. Predominou uma visão pessimista de “povo zero” na proclamação da República. A presença militar e positivista é o único ponto pacífico nas muitas versões apresentadas pelos participantes – uma delas presente no pensamento de Aires, quando ele julga que a única mudança seria de gabinete. Não se sabia ao certo se Deodoro proclamou a República no dia 15, se deu vivas ao imperador, nem se deu ordem para a salva de 21 tiros para celebrar a deposição do ministério (CARVALHO, 2003:36). O povo aparece bestializado na crônica de Aristides Lobo e como testemunha, mas não protagonista dos eventos, na caminhada de Aires no capítulo LX, “Manhã de 15”:

Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma cousa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arpejavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desconstruídas (...) Aires olhava para o cocheiro (...) Não lhe era desconhecida esta criatura. Já a vira, sem o títburi, na rua ou na sala, à missa ou a bordo, nem sempre homem, alguma vez mulher, vestida de seda ou de chita (...) O cocheiro contou que ouvira tudo a um homem que trouxera da Rua dos Inválidos e levava ao Largo da Glória.

Mas não se pode deduzir que povo não houvesse. No episódio do passamento de Flora (1893), o povo está ativo: durante a Revolta da Armada, da mesma forma que foi participante na Revolta do Vintém (1880) e na da Vacina (1904). Participante como não havia sido até então, mas silenciado no curto capítulo “*Estado de sítio*”, sucintamente resumido. O povo, chamado por muitas cabeças pensantes de *escumalha* ou *canalha*, não era docilizado como convinha aos republicanos e a elite. A cultura do *favor*, presente em toda parte da vida nacional como “*nossa mediação quase universal*” é incompatível com as idéias liberais; antes as desmente, absorve e desloca (SCHWARZ, 2000:16). O modelo liberal da elite não encontrou aqui o povo liberal, daí a negação do caráter nacional da “*canalha atrasada*”.

O dominante é este retratado em Machado de Assis: a *elite branca*, como diria Claudio Lembo. Elite mesmo: rentista (que o autor chama de capitalista), banqueiro, alto funcionário

público de carreira, político, doutores de profissão liberal (que viviam da liberalidade da bolsa do pai). Tal elite aparece claramente no livro: Santos e Nóbrega fazem (ainda mais) dinheiro com papéis em pleno Encilhamento, a política econômica que agravou, na República Velha, o caso inflacionário herdado da Monarquia. O Encilhamento foi “*a grande opa, a grande bacía, a grande esmola, o grande purgatório*”, diz Machado em clara alusão ao Nóbrega, não sem antes dizer da irrealidade de Eldorado da riqueza assim produzida (capítulos LXXIII e LXXIV). “A República é a riqueza!”, o lucro fácil e fictício originado da especulação na Bolsa, em um fenômeno que Murilo de Carvalho chama de “vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante” (CARVALHO, 2006:26).

A política monarquista implementada por Rui Barbosa na República tinha por objetivo o fomento da atividade fabril e produtiva; permitia que bancos emitissem títulos para a captação de recursos via sociedades anônimas, sem necessidade de lastro metálico. Papel garantia papel, portanto. Porém a medida da seriedade dos empreendimentos cujas participações eram ofertadas no mercado de títulos está dada pela fala de Santos:

Uma idéia sublime, disse ele ao pai de Flora (...) Trata-se de lã de carneiro, e começa pela criação deste mamífero nos campos do Paraná. Em cinco anos poderemos vestir a América e a Europa.

e o texto prossegue:

As ações eram maços e maços (...). Mas os algarismos cresciam à vista, trepavam uns nos outros, enchiam o espaço desde o chão até às janelas, e precipitavam-se por elas abaixo, com um rumor de ouro que ensurdecia. Batista saiu dali fascinado (...) (Cap. LXXVII).

Todo esse crédito sem riqueza real correspondente levou o país a uma grave crise financeira, aumento da dívida externa, particularmente em 1898, e suspensão do pagamento do serviço da dívida até 1911. Nos dados do Censo de 1890-1906 utilizado pelo mesmo Murilo de Carvalho, o percentual de banqueiros, capitalistas e proprietários é de 1,1% (CARVALHO, 2006:75). É a nata da sociedade, não apenas carioca, mas do país – pois o Rio era ainda a capital.

## **BREVE ANÁLISE**

O título *Esau e Jacó* remete às desavenças bíblicas entre os dois gêmeos, filhos de Isaque e netos do patriarca Abraão, que brigam pelo direito da primogenitura, direito central na cultura semita para fins de herança (de bens e bênçãos).

Descobrimos com o andamento da leitura que Pedro e Paulo, nomes dos gêmeos, remetem também aos dois apóstolos do Novo Testamento; ambos tenazes em seus propósitos, de temperamento colérico e que teriam tido suas diferenças. Da autoridade do Pedro bíblico,

deriva a autoridade de todos os papas. Ele é tido como pedra angular da Igreja Romana; pedra fundamental, portanto imutável, conservadora (Mateus, 16:18,19)<sup>3</sup>. E isto não fica apenas na simbologia: Pedro propôs a manutenção de muitos aspectos da religião judaica na nova religião, como a circuncisão e a proibição do consumo de certos alimentos; mudou de idéia, depois, após uma revelação divina (Atos dos Apóstolos, 10).

Paulo, sendo cidadão romano, inicialmente perseguiu a religião que se estabelecia por entendê-la como um perigo político (Atos dos Apóstolos, 8). Com a mesma paixão que combateu, terminou por abraçar o Cristianismo também por uma revelação (Atos dos Apóstolos, 26) e o levou aos gentios. Era apaixonado e visava a universalização de sua causa e fé (Atos dos Apóstolos, 13, 15, 18). São semelhanças fortes que os personagens de Machado de Assis guardam com eles, que aqui serão levadas em conta. Proponho que o título *Esau e Jacó* e os nomes dos personagens *Pedro e Paulo* sejam lidos como referência a uma desavença épica que remonta a tempos imemoriais, fundantes do caráter de ambos; desavença que começa no Gênesis e se estende pelo Novo Testamento, da mesma forma que a inimizade das personagens começa no ventre da mãe – sem que saibamos, afinal, quem nasceu primeiro. Neste contexto, a epígrafe “truncada” (que reaparece no capítulo XII, ou ainda é deslocada do capítulo para a primeira página...) encontra um sentido. “*Dico, che quando l’anima mal nata*<sup>4</sup>” é traduzido por Aires como “o que o berço dá só a cova tira”. O verso, extraído do *Inferno, Canto V* de Dante Alighieri, trata dos espíritos malignos e mal-formados que aparecem ante Minós, no Segundo Círculo. Será uma sugestão de que os dois brigões são almas mal-formadas e, como tais, destinados a desarmonia perpétua?

*Esau e Jacó* foi escrito no mesmo ano em que ocorreu a Revolta da Vacina, na capital do Rio de Janeiro, durante a prefeitura de Pereira Passos (1902-1906). Para Murilo de Carvalho, tanto a revolta como a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906) marcam a consolidação de uma certa visão e forma de República que teriam predominado sobre outras, qual seja, a liberal (CARVALHO, 2003, 2006).

O Rio de Janeiro de 1904 já era diferente do Rio de 1871, quando se inicia a história de Pedro e Paulo. Francisco Pereira Passos foi o engenheiro nomeado para, como prefeito, exercer o autoritarismo ilustrado de um técnico (CARVALHO, 2006:34). Foi, na prática, um interventor que governou seis meses ditatorialmente, sem Legislativo. Precisou do artifício para impor a modernização iberista, ditada do alto, de cima para baixo. As reformas por ele implantadas alteraram bastante a paisagem, a começar pelo Morro do Castelo onde vivia a cabocla. O morro começa a ser desmantelado em 1903 e a terra foi transportada para aterrar

---

<sup>3</sup> Todas as referências bíblicas aqui adotadas seguem ao padrão teológico: nome do livro, capítulo e quando aplicável, versículo.

<sup>4</sup> Truncada, porque no verso original a vírgula não existe.

um braço de mar sobre o qual foi posteriormente construído o Aeroporto Santos Dumont. Some um morro, somem casinhas, aparecem largas avenidas e surgem novos bairros. O mesmo Botafogo do livro foi bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro até o início do século XX, quando a cidade ganhou “ares europeus” e outros bairros surgiram, entre eles a até então “virgem” praia de Copacabana (CASTRO, 2003:37,169).

A preocupação higienista era a de modernizar a cidade, tornada *ville merveilleuse*, e suprimir o povo do espaço central. Não apenas das eleições, mas do espaço urbano. O mestiço, esse “infame copião”, atrasado, não tinha lugar. Poderia, como Machado de Assis, alcançar algum relevo social, mas sempre tentariam colocá-lo em seu devido lugar – a exemplo da tentativa de Silvio Romero.

A “castração política” se agudizou durante a República e na ocupação da cidade, o que levou à formação de *repúblicas*, ou “nódulos de participação social”, marginalizadas, mas que construíram a identidade coletiva que depois viria a se estabelecer – como o Carnaval, o futebol e o samba (CARVALHO, 2006:162-163; CASTRO, 68-81).

## **DESFECHO**

Nenhum dos gêmeos ganhou Flora. Ambos foram deputados por partidos opostos – o livro termina sem que saibamos qual dos dois acabou por fim ascendendo na política, se é que não desistiram e retomaram suas profissões liberais. Fosse necessário escolher um vencedor da contenda política, provavelmente este seria Pedro. Ele era um conservador que aceitava as mudanças, desde que as mudanças se institucionalizassem, ou seja, que a ordem se conservasse. Estava, portanto, muito de acordo com o espírito da época. Como na máxima de Chesterton, conservador: “se você quer o velho poste branco, precisa ter um novo poste branco”. Isso implica em mudar para conservar o mesmo poste, ou seja, conservar a mesma ordem vigente, o mesmo *status quo*; são as revoluções passivas impostas de cima para baixo, para que a ordem social não se altere.

Pois a República teve esse caráter conservador, da mesma forma que a Geração de 70 paradoxalmente também o teve por adotar o darwinismo social, legitimador de desigualdades. Na questão dos republicanos, o medo de um governo democrático era evidente com o tipo de repressão estabelecida no Rio de Janeiro e a restrição da participação popular no quadro das lealdades e não do liberalismo republicano. República sustentada em oligarquias estaduais para governar por cima das multidões (CARVALHO, 2006 : 33,163), o que teria levado a uma cidadania inconclusa, originada de direitos *outorgados*.

Os *capoeiras* foram banidos na República, a maior parte deportada para a ilha de Fernando de Noronha. Mas os capoeiras continuaram existindo como cabos eleitorais

violentos, como forma de controlar as eleições no Rio de Janeiro; são exemplos na literatura o Firmo, personagem de Aluísio Azevedo em “*O Cortiço*”, e Lucrécio Barba-de-Bode, personagem de Lima Barreto em “*Numa e a Ninfa*”. As eleições viciadas constituíram uma das facetas mais perversas da nova forma de governo, antecipadas por Machado em 1882 no conto “*A Sereníssima República*”: as aranhas evitavam a burla de suas eleições com medidas inócuas relacionadas ao tamanho do saco eleitoral, ora aumentado, ora diminuído, como resposta às fraudes. Clarividência do autor? Não creio. Machado, liberal, sabia que mudam-se as leis e instituições não como respostas reais aos problemas existentes, mas para que os oligarcas sempre tenham seu novo poste branco.

## CONCLUSÃO

*Esau e Jacó* pode não ser (e não é) o melhor romance machadiano. Não foi sequer escrito no calor dos acontecimentos que lhe servem de pano de fundo. Mas está presente nele “a ordem burguesa que não se pauta pela norma burguesa” (SCHWARZ, 1997: 125). Não há um enredo propriamente dito: há nascimentos e mortes, queda e ascensão de regime, frustrações de alguém que não se casou ou que não foi pai – salvo engano, não há cerimônias de casamento no livro. Talvez Machado tenha simpatizado com o narrador de duas vozes (seria Aires ou não? Aires e alguém mais?), narrador que implica com “a senhora” que lê o livro, e por isso tenha frustrado o desejo da leitora de “ver” alguém se casando.

Rejeito a metáfora de Flora simbolizando o Brasil, que morre em meio ao estado de sítio da transição Deodoro-Floriano, enquanto Monarquia e República se batem por ela. Primeiro, por óbvia – seria um insulto ao autor, sempre tão sutil. Segundo, porque suas personagens não são arquetípicas ou tipos ideais, que prestem a esse tipo de análise. Nem mesmo as personagens de Brecht, autor que apresenta uma arte política, são adequadas a essa redução simbólica rudimentar.

O nascimento dos gêmeos, o nome da mãe (Maria Natividade), a morte das duas personagens femininas principais em um mundo patriarcal e tão masculino, uma história contada “sem enredo”... são coisas que remetem a uma idéia de vida cíclica, que se renova sem propósito, sem especular sobre o que está por vir. Livro escrito quase no fim da vida do autor, parece obra de quem já não sabe em que chão está pisando – e não se importa muito com isso. Machado de Assis não viveu de futurologia.

Guardo para o final, o único ponto de convergência entre os irmãos – além do amor da mãe e de Flora: ambos eram abolicionistas. Mas retomo aqui a pergunta: a epígrafe italiana seria uma sugestão do destino desarmônico de ambos? Talvez. Fato é que o livro se encerra sem que saibamos, afinal, que *cousas* grandes e futuras aconteceram a eles.

## REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, Dante. **The Divine Comedy**. Inferno: Canto V. Disponível em <http://italian.about.com/library/anthology/dante/blinferno005.htm>. Acesso em 2 de outubro de 2008

ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. *Obras Completas*. São Paulo, 1997: Globo

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade** – Estudos de teoria e história literária. 8ª. ed., São Paulo, 2002: T. A. Queiroz Editor

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª. ed., São Paulo, 2006: Cia das Letras

\_\_\_\_\_. **A Formação das Almas** – O imaginário da República no Brasil. 1ª. ed., São Paulo, 2003: Cia das Letras

CASTRO, Ruy. **Carnaval no fogo** – Crônica de uma cidade excitante demais. 1ª. ed., São Paulo, 2003: Cia das Letras

GLEDSON, John. **50 contos de Machado de Assis**. 1ª. ed., São Paulo, 2007: Cia das Letras

MISKOLCI, Richard. **Machado de Assis, o outsider estabelecido**. *Rev. Sociologias*, Porto Alegre, n. 15, 2006 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222006000100013&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000100013&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 28 out 2008

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** Ensaios. 1ª. ed. São Paulo, 1997: Cia das Letras

\_\_\_\_\_. **Ao vencedor as batatas**. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 1ª. ed. São Paulo, 2000: 34

BÍBLIA Sagrada Nova versão internacional. São Paulo, 2001: Vida. 1 CD-ROM